Flávio Tartuce
Daniel Amorim Assumpção Neves

Manual de
Direito do Consumidor
Direito Material
e Processual

VOLUME ÚNICO

5.ª edição
revista, atualizada e ampliada
A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra. Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – Printed in Brazil

Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2016 by EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elísimos – 01203-904 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770
faieconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

Capa: Danilo Oliveira

Fechamento desta edição: 22.12.2015

CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C35m

Tartuce, Flávio
Inclui bibliografia
11-6847. CDU: 34.366.1(81)
### SUMÁRIO

1.ª Parte  
**DIREITO MATERIAL**  
*Flávio Tartuce*

1. **O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SUA POSIÇÃO NO ORDEMAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO** ................................................................. 3  
1.1. Primeiras palavras sobre o Código de Defesa do Consumidor. O CDC e a pós-modernidade jurídica ................................................................. 3  
1.2. O Código de Defesa do Consumidor como norma princípiológica. Sua posição hierárquica ................................................................. 10  
1.3. O Código de Defesa do Consumidor e a teoria do diálogo das fontes ..... 16  
1.4. O conteúdo do Código de Defesa do Consumidor e a organização da presente obra ................................................................. 25  

2. **PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR** ...................................................................................... 27  
2.1. Primeiras palavras sobre os princípios jurídicos ........................................ 27  
2.2. Princípio do protecionismo do consumidor (art. 1º da Lei 8.078/1990) ... 31  
2.3. Princípio da vulnerabilidade do consumidor (art. 4º, inc. I, da Lei 8.078/1990) ................................................................. 34  
2.4. Princípio da hipossuficiência do consumidor (art. 6º, inc. VIII, da Lei 8.078/1990) ................................................................. 37  
2.5. Princípio da boa-fé objetiva (art. 4º, inc. III, da Lei 8.078/1990) .......... 39  
2.7. Princípio da função social do contrato ........................................................ 51
2.8. Princípio da equivalência negocial (art. 6º, inc. II, da Lei 8.078/1990) ........................................ 61
2.9. Princípio da reparação integral dos danos (art. 6º, inc. VI, da Lei 8.078/1990). Os danos reparáveis nas relações de consumo ................................................................. 63

3. ELEMENTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO ........................................................................ 79

3.1. A estrutura da relação jurídica de consumo. Visão geral ....................................................................... 79
3.2. Os elementos subjetivos da relação de consumo ....................................................................................... 81
3.2.1. O fornecedor de produtos e o prestador de serviços. O conceito de fornecedor equiparado ... 81
3.2.2. O consumidor. Teorias existentes. O consumidor equiparado ou bystander ........................................ 85
3.3. Elementos objetivos da relação de consumo .......................................................................................... 109
3.3.1. Produto ............................................................................................................................................. 109
3.3.2. Serviço .............................................................................................................................................. 114
3.4. Exemplos de outras relações jurídicas conternaporâneas e o seu enquadramento como relações de consumo ................................................................................................................. 127
3.4.1. O contrato de transporte e a incidência do Código do Consumidor ............................................... 127
3.4.2. Os serviços públicos e o Código de Defesa do Consumidor ............................................................... 129
3.4.3. O condomínio edilício e o Código de Defesa do Consumidor ........................................................... 131
3.4.4. A incidência do Código do Consumidor para os contratos de locação urbana ....................................... 132
3.4.5. A Lei 8.078/1990 e a previdência privada complementar ........................................................................ 139
3.4.6. Prestação de serviços educacionais como serviço de consumo ......................................................... 141
3.4.7. As atividades notariais e registrais e a Lei 8.078/1990 ........................................................................ 144
3.4.8. As relações entre advogados e clientes e o Código de Defesa do Consumidor ......................................... 145

4. RESPONSABILIDADE CIVIL PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ... ........................................ 149

4.1. A unificação da responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade civil objetiva e solidária como regra do Código do Consumidor (risco-proveito). A responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais como exceção ............................................................................................................. 150
4.2. Análise dos casos específicos de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor ................................................................................................................................. 163
4.2.1. As quatro hipóteses tratadas pela Lei 8.078/1990 em relação ao produto e ao serviço. Vício versus fato (defeito). Panorama geral e a questão da solidariedade ....................................................................................................................... 163
4.2.2. Responsabilidade civil pelo vício do produto ....................................................................................... 171
4.2.3. Responsabilidade civil pelo fato do produto ou defeito ........................................................................ 187
4.2.4. Responsabilidade civil pelo vício do serviço ...................................................................................... 196
4.2.5. Responsabilidade civil pelo fato do serviço ou defeito ........................................................................ 200
4.3. O consumidor equiparado e a responsabilidade civil. Aprofundamentos quanto ao tema e confrontações em relação ao art. 931 do Código Civil ................................................................................................................................. 210
4.4. Excludentes de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor

4.4.1. As excludentes da não colocação do produto no mercado e da ausência de defeito

4.4.2. A excludente da culpa ou fato exclusive de terceiro

4.4.3. A excludente da culpa ou fato exclusive do próprio consumidor

4.4.4. O enquadramento do caso fortuito e da força maior como excludentes da responsabilidade civil consumerista

4.4.5. Os riscos do desenvolvimento como excludentes de responsabilidade pelo Código de Defesa do Consumidor

4.5. O fato concorrente do consumidor como atenuante da responsabilidade civil dos fornecedores e prestadores

4.6. A responsabilidade civil pelo cigarro e o Código de Defesa do Consumidor

4.7. A responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor e o recall

5. A PROTEÇÃO CONTRATUAL PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

5.1. O conceito contemporâneo ou pós-moderno de contrato e o Direito do Consumidor. Os contratos coligados e os contratos cativos de longa duração

5.2. A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor

5.3. A função social do contrato e a não vinculação das cláusulas desconhecidas e incompreensíveis (art. 46 do CDC). A interpretação mais favorável ao consumidor (art. 47 do CDC)

5.4. A força vinculativa dos escritos e a boa-fé objetiva nos contratos de consumo (art. 48 da Lei 8.078/1990). A aplicação dos conceitos parcelares da boa-fé objetiva

5.4.1. Supressio e surrectio

5.4.2. Tu quoque

5.4.3. Exceptio doli

5.4.4. Venire contra factum proprium

5.4.5. Duty to mitigate the loss

5.5. O direito de arrependimento nos contratos de consumo (art. 49 da Lei 8.078/1990)

5.6. A garantia contratual do art. 50 da Lei 8.078/1990

5.7. As cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor. Análise do rol exemplificativo do art. 51 da Lei 8.078/1990 e suas decorrências

5.7.1. Cláusulas que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos (art. 51, inc. I, do CDC)

5.7.2. Cláusulas que subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga (art. 51, inc. II, do CDC)
5.7.3. Cláusulas que transfiram responsabilidades a terceiros (art. 51, inc. III, do CDC) .......................................................................................................................... 359

5.7.4. Cláusulas que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou que sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade (art. 51, inc. IV, do CDC) ........................................................................................................ 359

5.7.5. Cláusulas que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor (art. 51, inc. VI, do CDC) .................................................................................. 364

5.7.6. Cláusulas que determinem a utilização compulsória de arbitragem (art. 51, inc. VII, do CDC) ........................................................................................................... 364

5.7.7. Cláusulas que imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor (art. 51, inc. VIII, do CDC) .............................................................. 367

5.7.8. Cláusulas que deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor (art. 51, inc. IX, do CDC) ..................................................................................................................... 369

5.7.9. Cláusulas que permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral (art. 51, inc. X, do CDC) ......................................................... 369

5.7.10. Cláusulas que autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor (art. 51, inc. XI, do CDC) ........................................................................................................ 370

5.7.11. Cláusulas que obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor (art. 51, inc. XII, do CDC) ........................................................................................................ 371

5.7.12. Cláusulas que autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração (art. 51, inc. XIII, do CDC) ........................................................................................................ 372

5.7.13. Cláusulas que infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais (art. 51, inc. XIV, do CDC) ......................................................................................................... 373

5.7.14. Cláusulas que estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor (art. 51, inc. XV, do CDC) ........................................................................................................ 375

5.7.15. Cláusulas que possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias (art. 51, inc. XVI, do CDC) ........................................................................ 377

5.8. Os contratos de fornecimento de crédito na Lei 8.078/1990 (art. 52) e o problema do superendividamento do consumidor. A nulidade absoluta da cláusula de decaimento (art. 53) ........................................................................................................ 384

5.9. O tratamento dos contratos de adesão pelo art. 54 do Código de Defesa do Consumidor ......................................................................................................................... 399

6. A PROTEÇÃO QUANTO À OFERTA E À PUBLICIDADE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .................................................................................................................. 409

6.1. Panorama geral sobre a tutela da informação e o Código de Defesa do Consumidor ......................................................................................................................... 409

6.2. A força vinculativa da oferta no art. 30 da Lei 8.078/1990 .......................................................................................................................... 412
6.3. O conteúdo da oferta e a manutenção de sua integralidade ...................... 419
6.4. A responsabilidade civil objetiva e solidária decorrente da oferta .......... 427
6.5. A publicidade no Código de Defesa do Consumidor. Princípios informa-
dores. Publicidades vedadas ou ilícitas ............................................................. 438
   6.5.1. A vedação da publicidade mascarada, clandestina, simulada ou
dissimulada (art. 36 do CDC) ............................................................................ 440
   6.5.2. A vedação da publicidade enganosa (art. 37, § 1º, do CDC) .......... 441
   6.5.3. A vedação da publicidade abusiva (art. 37, § 2º, do CDC) .......... 450
6.6. O ônus da prova da veracidade da informação publicitária .................. 454

7. O ABUSO DE DIREITO CONSUMERISTA. AS PRÁTICAS ABUSIVAS VE-
dadas pela Lei 8.078/1990 e suas consequências práticas .................... 457
7.1. Algumas palavras sobre o abuso de direito .................................................. 458
7.2. Estudo das práticas abusivas enumeradas pelo art. 39 do CDC............. 462
   7.2.1. Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao forne-
cimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa cau-
sa, a limites quantitativos (art. 39, inc. I, do CDC) ........................................ 463
   7.2.2. Recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata
medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de confor-
midade com os usos e costumes (art. 39, inc. II, do CDC) ............................ 468
   7.2.3. Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qual-
quer produto, ou fornecer qualquer serviço (art. 39, inc. III, do
CDC) .................................................................................................................... 469
   7.2.4. Prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo
em vista a sua idade, saúde e condição social, para vender-lhe
produto ou serviço (art. 39, inc. IV, do CDC) ...................................................... 474
   7.2.5. Exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva
(art. 39, inc. V, do CDC) ..................................................................................... 476
   7.2.6. Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e au-
torização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de
práticas anteriores entre as partes (art. 39, inc. VI, do CDC) ......................... 480
   7.2.7. Repassar informação depreciativa referente a ato praticado pelo
consumidor no exercício de seus direitos (art. 39, inc. VII, do
CDC) ..................................................................................................................... 483
   7.2.8. Colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço
em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais
competentes ou, se normas específicas não existirem, pela As-
sociação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade
credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização
e Qualidade Industrial – CONMETRO (art. 39, inc. VIII, do CDC) ........ 484
   7.2.9. Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente
a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento,
ressalvados os casos de intermediação regulados em leis espe-
ciais (art. 39, inc. IX, do CDC) ........................................................................ 485
7.2.10. Elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços (art. 39, inc. X, do CDC) ................................................................. 485
7.2.11. Aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido (art. 39, inc. XIII, do CDC) ................. 486
7.2.12. Deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério (art. 39, inc. XII, do CDC) ......................................................... 487
7.3. A necessidade de respeito ao tabelamento oficial, sob pena de caracterização do abuso de direito (art. 41 do CDC) ................................................................. 487
7.4. O abuso de direito na cobrança de dívidas (art. 42, caput, do CDC). O problema do corte de serviço essencial. A necessidade de prestação de informações na cobrança (art. 42-A do CDC) ......................................................... 488
7.5. A repetição de indébito no caso de cobrança abusiva (art. 42, parágrafo único, do CDC) ................................................................. 503

8. BANCO DE DADOS E CADASTRO DE CONSUMIDORES ........................................ 513
8.1. A natureza jurídica dos bancos de dados e cadastros e sua importante aplicabilidade social. Diferenças entre as categorias ........................................ 513
8.2. O conteúdo dos arts. 43 e 44 do Código de Defesa do Consumidor e seus efeitos. A interpretação jurisprudencial........................................ 520
8.2.1. A inscrição ou registro do nome dos consumidores ................................ 521
8.2.2. A retificação ou correção dos dados ......................................................... 522
8.2.3. O cancelamento da inscrição ................................................................. 529
8.2.4. A reparação dos danos nos casos de inscrição indevida do nome do devedor. Crítica à Súmula 385 do STJ. Prazo para se pleitear a reparação .................................................................................................................. 532
8.2.5. O cadastro de fornecedores e prestadores e o alcance do art. 44 da Lei 8.078/1990 ................................................................. 538
8.3. O cadastro positivo. Breve análise da Lei 12.414, de 9 de junho de 2011... 540


2.ª Parte
DIREITO PROCESSUAL

Daniel Amorim Assumpção Neves

10. TUTELA INDIVIDUAL DO CONSUMIDOR EM JUÍZO ........................................ 567
10.1. Introdução ............................................................................................................. 567
<table>
<thead>
<tr>
<th>Capítulo</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>10.2</td>
<td>Meios de solução dos conflitos</td>
<td>570</td>
</tr>
<tr>
<td>10.2.1</td>
<td>Introdução</td>
<td>570</td>
</tr>
<tr>
<td>10.2.2</td>
<td>Jurisdição</td>
<td>571</td>
</tr>
<tr>
<td>10.2.3</td>
<td>Equivalentes jurisdiciais</td>
<td>573</td>
</tr>
<tr>
<td>10.2.3.1</td>
<td>Autotutela</td>
<td>575</td>
</tr>
<tr>
<td>10.2.3.2</td>
<td>Autocomposição</td>
<td>576</td>
</tr>
<tr>
<td>10.2.3.3</td>
<td>Mediação</td>
<td>579</td>
</tr>
<tr>
<td>10.2.3.4</td>
<td>Conciliação e mediação no Novo CPC</td>
<td>580</td>
</tr>
<tr>
<td>10.2.3.5</td>
<td>Arbitragem</td>
<td>595</td>
</tr>
<tr>
<td>10.3</td>
<td>Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer</td>
<td>602</td>
</tr>
<tr>
<td>10.3.1</td>
<td>Introdução</td>
<td>602</td>
</tr>
<tr>
<td>10.3.2</td>
<td>Tutela jurisdicional</td>
<td>602</td>
</tr>
<tr>
<td>10.3.2.1</td>
<td>Tutela jurisdicional específica</td>
<td>603</td>
</tr>
<tr>
<td>10.3.2.2</td>
<td>Tutela inibitória</td>
<td>604</td>
</tr>
<tr>
<td>10.3.3</td>
<td>Procedimento previsto pelo art. 84 do CDC</td>
<td>606</td>
</tr>
<tr>
<td>10.3.3.1</td>
<td>Introdução</td>
<td>606</td>
</tr>
<tr>
<td>10.3.3.2</td>
<td>Obtenção de tutela específica ou determinação de providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento</td>
<td>607</td>
</tr>
<tr>
<td>10.3.3.3</td>
<td>Conversão em perdas e danos</td>
<td>607</td>
</tr>
<tr>
<td>10.3.3.4</td>
<td>Tutela de urgência</td>
<td>611</td>
</tr>
<tr>
<td>10.3.3.5</td>
<td>Tutela da evidência</td>
<td>617</td>
</tr>
<tr>
<td>10.3.3.6</td>
<td>Atipicidade dos meios executivos</td>
<td>624</td>
</tr>
<tr>
<td>10.3.3.7</td>
<td>Multa</td>
<td>628</td>
</tr>
<tr>
<td>10.4</td>
<td>Competência</td>
<td>641</td>
</tr>
<tr>
<td>10.4.1</td>
<td>Introdução</td>
<td>641</td>
</tr>
<tr>
<td>10.4.2</td>
<td>Competência da Justiça</td>
<td>641</td>
</tr>
<tr>
<td>10.4.3</td>
<td>Competência territorial</td>
<td>644</td>
</tr>
<tr>
<td>10.4.3.1</td>
<td>Cláusula de eleição de foro</td>
<td>650</td>
</tr>
<tr>
<td>10.4.4</td>
<td>Competência do juízo</td>
<td>659</td>
</tr>
<tr>
<td>10.5</td>
<td>Intervenções de terceiros</td>
<td>660</td>
</tr>
<tr>
<td>10.5.1</td>
<td>Introdução</td>
<td>660</td>
</tr>
<tr>
<td>10.5.2</td>
<td>Denunciação da lide</td>
<td>661</td>
</tr>
<tr>
<td>10.5.2.1</td>
<td>Vedação legal</td>
<td>661</td>
</tr>
<tr>
<td>10.5.2.2</td>
<td>Fundamentos da vedação legal</td>
<td>663</td>
</tr>
<tr>
<td>10.5.3</td>
<td>Chamamento ao processo</td>
<td>671</td>
</tr>
<tr>
<td>10.5.3.1</td>
<td>Introdução</td>
<td>671</td>
</tr>
<tr>
<td>10.5.3.2</td>
<td>Espécie atípica de chamamento ao processo</td>
<td>671</td>
</tr>
<tr>
<td>10.5.3.3</td>
<td>Ação diretamente proposta contra a seguradora</td>
<td>674</td>
</tr>
<tr>
<td>10.5.3.4</td>
<td>Vedação de integração do Instituto de Resseguros do Brasil</td>
<td>676</td>
</tr>
<tr>
<td>10.6</td>
<td>Litisconsórcio alternativo e o Código de Defesa do Consumidor</td>
<td>677</td>
</tr>
</tbody>
</table>
10.7. Inversão do ônus da prova................................................................................. 684  
10.7.1. Ónus da prova............................................................................................. 684  
10.7.2. Regras de distribuição do ônus da prova ............................................... 686  
10.7.3. Inversão do ônus da prova.............................................................. 689  
   10.7.3.1. Inversão convencional............................................................... 689  
   10.7.3.2. Inversão legal............................................................... 690  
   10.7.3.3. Inversão judicial............................................................... 693  
10.7.4. Momento de inversão do ônus da prova........................................... 701  
10.7.5. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais..... 709  

11. TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO................................. 713  
11.1. Introdução............................................................................................ 714  
   11.1.1. Tutela jurisdicional coletiva......................................................... 714  
   11.1.2. Origem da tutela jurisdicional coletiva........................................ 716  
   11.1.3. Microssistema coletivo............................................................... 719  
   11.1.4. Marcos legislativos............................................................... 723  
11.2. Espécies de direitos protegidos pela tutela coletiva............................ 728  
   11.2.1. Introdução................................................................................. 728  
   11.2.2. Direitos ou interesses?............................................................... 728  
   11.2.3. Direito difuso............................................................................. 731  
   11.2.4. Direito coletivo........................................................................... 733  
   11.2.5. Direitos individuais homogêneos............................................... 736  
   11.2.6. Identidades e diferenças entre os direitos coletivos lato sensu........ 742  
11.3. Competência na tutela coletiva.............................................................. 746  
   11.3.1. Competência absoluta: funcional ou territorial?......................... 746  
   11.3.2. Competência absoluta do foro...................................................... 749  
   11.3.3. Dano local, regional e nacional..................................................... 753  
11.4. Legitimidade.......................................................................................... 757  
   11.4.1. Espécies de legitimidade.............................................................. 757  
   11.4.2. Cidadão....................................................................................... 760  
   11.4.3. Ministério Público........................................................................ 763  
   11.4.4. Pessoas jurídicas da Administração Pública................................. 768  
   11.4.5. Associação.................................................................................. 770  
   11.4.5.1. Introdução.............................................................................. 770  
   11.4.5.2. Constituição há pelo menos um ano....................................... 771  
   11.4.5.3. Pertinência temática.............................................................. 773  
   11.4.5.4. Representação adequada (adequacy of representation)... 773  
11.4.6. Defensoria Pública.............................................................................. 780  
11.5. Relação entre a ação coletiva e a individual.......................................... 789  
   11.5.1. Introdução..................................................................................... 789
<table>
<thead>
<tr>
<th>Capítulo</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>11.5.2</td>
<td>Litispendência</td>
<td>790</td>
</tr>
<tr>
<td>11.5.3</td>
<td>Conexão e continência</td>
<td>791</td>
</tr>
<tr>
<td>11.5.3.1</td>
<td>Conceito</td>
<td>791</td>
</tr>
<tr>
<td>11.5.3.2</td>
<td>Insuficiência do conceito legal de conexão</td>
<td>794</td>
</tr>
<tr>
<td>11.5.3.3</td>
<td>Vantagens e desvantagens da reunião dos processos</td>
<td>796</td>
</tr>
<tr>
<td>11.5.3.4</td>
<td>Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão</td>
<td>798</td>
</tr>
<tr>
<td>11.5.3.5</td>
<td>Especificamente na relação entre ação coletiva e individual</td>
<td>801</td>
</tr>
<tr>
<td>11.5.4</td>
<td>Suspensão do processo individual</td>
<td>804</td>
</tr>
<tr>
<td>11.5.5</td>
<td>Extinção do mandado de segurança individual</td>
<td>807</td>
</tr>
<tr>
<td>11.6</td>
<td>Coisa julgada</td>
<td>809</td>
</tr>
<tr>
<td>11.6.1</td>
<td>Introdução</td>
<td>809</td>
</tr>
<tr>
<td>11.6.2</td>
<td>Coisa julgada secundum eventum probationis</td>
<td>809</td>
</tr>
<tr>
<td>11.6.3</td>
<td>Coisa julgada secundum eventum litis</td>
<td>815</td>
</tr>
<tr>
<td>11.6.4</td>
<td>Limitação territorial da coisa julgada</td>
<td>818</td>
</tr>
<tr>
<td>11.7</td>
<td>Gratuidade</td>
<td>826</td>
</tr>
<tr>
<td>11.7.1</td>
<td>Introdução</td>
<td>826</td>
</tr>
<tr>
<td>11.7.2</td>
<td>Isenção de adiantamento</td>
<td>826</td>
</tr>
<tr>
<td>11.7.3</td>
<td>Condenação em verbas de sucumbência</td>
<td>832</td>
</tr>
<tr>
<td>11.8</td>
<td>Liquidação de sentença</td>
<td>837</td>
</tr>
<tr>
<td>11.8.1</td>
<td>Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis</td>
<td>837</td>
</tr>
<tr>
<td>11.8.2</td>
<td>Natureza jurídica da liquidação</td>
<td>839</td>
</tr>
<tr>
<td>11.8.3</td>
<td>Legitimidade ativa</td>
<td>841</td>
</tr>
<tr>
<td>11.8.4</td>
<td>Competência</td>
<td>845</td>
</tr>
<tr>
<td>11.8.5</td>
<td>Espécies de liquidação de sentença</td>
<td>849</td>
</tr>
<tr>
<td>11.8.6</td>
<td>Direito difuso e coletivo</td>
<td>851</td>
</tr>
<tr>
<td>11.8.7</td>
<td>Direito individual homogêneo</td>
<td>851</td>
</tr>
<tr>
<td>11.8.8</td>
<td>Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo</td>
<td>853</td>
</tr>
<tr>
<td>11.9</td>
<td>Execução</td>
<td>853</td>
</tr>
<tr>
<td>11.9.1</td>
<td>Introdução</td>
<td>853</td>
</tr>
<tr>
<td>11.9.1.1</td>
<td>Processo de execução e cumprimento de sentença</td>
<td>853</td>
</tr>
<tr>
<td>11.9.1.2</td>
<td>Execução por sub-rogação e indireta</td>
<td>854</td>
</tr>
<tr>
<td>11.9.1.3</td>
<td>Prescrição</td>
<td>859</td>
</tr>
<tr>
<td>11.9.2</td>
<td>Legitimidade ativa</td>
<td>861</td>
</tr>
<tr>
<td>11.9.3</td>
<td>Direitos difusos e coletivos</td>
<td>864</td>
</tr>
<tr>
<td>11.9.4</td>
<td>Direitos individuais homogêneos</td>
<td>865</td>
</tr>
<tr>
<td>11.9.4.1</td>
<td>Introdução</td>
<td>865</td>
</tr>
<tr>
<td>11.9.4.2</td>
<td>Execução por fluid recovery</td>
<td>866</td>
</tr>
<tr>
<td>11.9.4.3</td>
<td>Legitimidade</td>
<td>871</td>
</tr>
<tr>
<td>11.9.5</td>
<td>Regime jurídico das despesas e custas processuais</td>
<td>875</td>
</tr>
</tbody>
</table>
## 12. Aspectos Processuais da Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Defesa do Consumidor

<table>
<thead>
<tr>
<th>Section</th>
<th>Title</th>
<th>Page</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>12.1.</td>
<td>Introdução</td>
<td>877</td>
</tr>
<tr>
<td>12.2.</td>
<td>Responsabilidade patrimonial secundária</td>
<td>878</td>
</tr>
<tr>
<td>12.3.</td>
<td>Forma procedimental da desconsideração da personalidade jurídica</td>
<td>882</td>
</tr>
<tr>
<td>12.3.1.</td>
<td>Introdução</td>
<td>882</td>
</tr>
<tr>
<td>12.3.2.</td>
<td>Momento</td>
<td>885</td>
</tr>
<tr>
<td>12.3.3.</td>
<td>Procedimento</td>
<td>885</td>
</tr>
<tr>
<td>12.3.4.</td>
<td>Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na desconsideração inversa)</td>
<td>888</td>
</tr>
<tr>
<td>12.3.5.</td>
<td>Recorribilidade</td>
<td>891</td>
</tr>
<tr>
<td>12.3.6.</td>
<td>Fraude à execução</td>
<td>893</td>
</tr>
<tr>
<td>12.4.</td>
<td>Desconsideração da personalidade jurídica de ofício</td>
<td>894</td>
</tr>
</tbody>
</table>

## 13. Ordem Pública e Tutela Processual do Consumidor

<table>
<thead>
<tr>
<th>Section</th>
<th>Title</th>
<th>Page</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>13.1.</td>
<td>Matérias de defesa</td>
<td>897</td>
</tr>
<tr>
<td>13.2.</td>
<td>Preclusão temporal</td>
<td>898</td>
</tr>
<tr>
<td>13.3.</td>
<td>Preclusão consumativa</td>
<td>904</td>
</tr>
<tr>
<td>13.4.</td>
<td>Objeções e natureza de ordem pública das normas consumeristas</td>
<td>906</td>
</tr>
</tbody>
</table>

## 14. Habeas Data e Direito do Consumidor

<table>
<thead>
<tr>
<th>Section</th>
<th>Title</th>
<th>Page</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>14.1.</td>
<td>Introdução</td>
<td>909</td>
</tr>
<tr>
<td>14.2.</td>
<td>Direito à informação e habeas data</td>
<td>910</td>
</tr>
<tr>
<td>14.3.</td>
<td>Hipóteses de cabimento</td>
<td>911</td>
</tr>
<tr>
<td>14.3.1.</td>
<td>Introdução</td>
<td>911</td>
</tr>
<tr>
<td>14.3.2.</td>
<td>Direito à informação</td>
<td>912</td>
</tr>
<tr>
<td>14.3.3.</td>
<td>Direito à retificação de dados</td>
<td>913</td>
</tr>
<tr>
<td>14.3.4.</td>
<td>Anotação sobre dado verdadeiro</td>
<td>914</td>
</tr>
<tr>
<td>14.4.</td>
<td>Fase administrativa</td>
<td>915</td>
</tr>
<tr>
<td>14.4.1.</td>
<td>Interesse de agir</td>
<td>915</td>
</tr>
<tr>
<td>14.4.2.</td>
<td>Procedimento</td>
<td>917</td>
</tr>
<tr>
<td>14.4.2.1.</td>
<td>Fase pré-processual</td>
<td>917</td>
</tr>
<tr>
<td>14.4.2.2.</td>
<td>Fase processual</td>
<td>920</td>
</tr>
<tr>
<td>14.5.</td>
<td>Limitar</td>
<td>928</td>
</tr>
<tr>
<td>14.6.</td>
<td>Legitimidade</td>
<td>929</td>
</tr>
<tr>
<td>14.6.1.</td>
<td>Legitimidade ativa</td>
<td>929</td>
</tr>
<tr>
<td>14.6.2.</td>
<td>Legitimidade passiva</td>
<td>930</td>
</tr>
<tr>
<td>14.7.</td>
<td>Competência</td>
<td>932</td>
</tr>
<tr>
<td>14.8.</td>
<td>Recursos</td>
<td>933</td>
</tr>
</tbody>
</table>

## BIBLIOGRAFIA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Title</th>
<th>Page</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>937</td>
</tr>
</tbody>
</table>